



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA

MARCINALVA TAVARES DO REGO

ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA APAE-CG

CAMPINA GRANDE-PB

2013

MARCINALVA TAVARES DO REGO

ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA APAE-CG

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do Grau de licenciada em Geografia na Unidade Acadêmica de Geografia – UAG do Centro de Humanidades – CH da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação do Professor Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo.

CAMPINA GRANDE-PB

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UAG
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA - CGEO

BANCA EXAMINADORA DE: **MARCINALVA TAVARES DO RÊGO**

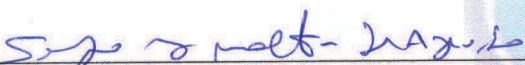
**TÍTULO: ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA
APAE - CG**


TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

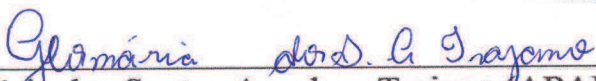
MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
Curso de Licenciatura em Geografia

Campina Grande (PB), 09 de setembro de 2013.


Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo (UFCG) (orientador)


Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho (UFCG) (examinador)


Esp. Geormária dos Santos Anselmo Trajano (APAE - CG) (examinador)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

R343e

Rego, Marcialva Tavares do.

Ensino de geografia e a educação inclusiva na APAE-CG/
Marcinalva Tavares do Rego. – 2013.

54 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) –
Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

“Orientação: Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo”.

Referências.

1. Educação Inclusiva. 2. Práticas. 3. Geografia. I. Azevedo,
Sérgio Luiz Malta de. II. Título.

CDU 376 (043)

Pois só Ele é o Caminho, que vale a pena seguir, a Luz, que vale a pena acender, a Vida que merece ser vivida e o Amor que vale a pena amar.

Madre Teresa de Calcutá.

Dedico este trabalho aos meus pais, Geraldina e Marinaldo pelo o eterno incentivo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por mais uma etapa da minha vida concluída. Tua palavra é alimento para minha alma, obrigado pelo o dom da vida e por todas as bênçãos que o Senhor derrama sobre mim. Ao Senhor toda honra e toda glória.

Ao meu pai Marinaldo e a minha mãe Geraldina, por estarem ao meu lado em todos os momentos, pelas palavras de incentivo que recebo nas horas mais difíceis em que acho que já não vou suportar e por todo carinho dedicado a mim. Esta vitória também é de vocês.

Aos os meus irmãos e a toda minha família, as minhas amigas de curso Neli e Gabriela, aos meus colegas de curso, as minhas amigas e ao meu amor Bruno, obrigado por sempre me apoiarem.

Ao professor Dr. Luiz Eugênio, por todo apoio e incentivo dado na execução do projeto; ao Dr. Sérgio Malta pela a aceitação em orientar meu trabalho, obrigada por toda dedicação, paciência e perseverança.

À dona Margarida da Mota Rocha (vovó Margarida), diretora responsável pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE-CG, à coordenadora Rossana Carvalho e à professora Geomária Trajano, pelo acolhimento, disponibilidade e por todo apoio necessário para a minha pesquisa.

Aos alunos David, Edinalva, Joelvly, Patrícia, Wellington Wagner, Joselma, Maria Cecília, Jéssica, José Wesley e Eloisa, por dias tão maravilhosos e gratificantes na APAE/CG. Vocês me ensinaram que o amor ao próximo é a mais bela de todas as certezas de que Deus esta entre nós.

LISTA DE FIGURAS, MAPAS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES.

FIGURAS

1.	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande – APAE-CG.....	13
2.	Atividade: Mapa da Paraíba.....	15
3.	Atividade: Mapa de Campina Grande.....	18
4.	Instituto Benjamim Constant – IBC.....	26
5.	Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES.....	26
6.	Criança recebendo atendimento de fisioterapia.....	36
7.	Alunos da APAE – CG.....	41
8.	Atividade: Mapa do Brasil.....	42
9.	Atividade: Mapa da Paraíba.....	43
10.	Atividade: Minha Rua.....	44
11.	Atividade: Minha Escola.....	45
12.	Hora do Intervalo.....	46
13.	Atividade: Meu Lugar no Espaço.....	46

MAPA

Mapa de Localização da APAE – CG.....	38
---------------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. APRECIÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE GEOGRAFIA.....	11
1.1 O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PERSPECTIVAS TEÓRICO-CONCEITUAIS E O ENSINO DE GEOGRAFIA.....	11
1.2 AUSÊNCIAS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA.....	19
1.3 AUSÊNCIAS NA ESCOLA E NAS PRÁTICAS DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA.....	22
2. PROCESSOS DE ORIENTAÇÃO E REGULAÇÃO DO MEC PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, OBSERVANDO A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO GEOGRÁFICA NESSES DOCUMENTOS.....	25
2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	25
2.2 COMO ANDA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL?.....	30
2.3 OBJETIVO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	32
2.4 DO ATENDIMENTO PARA COM OS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EDUCATIVAS.....	32
2.5 QUANTO À FORMAÇÃO DOS EDUCADORES.....	34
3. PRÁTICAS VIVENCIADAS NA APAE/CG.....	35
3.1 APAE, CARACTERÍSTICAS E LOCALIZAÇÃO.....	35
3.2 VIVÊNCIAS E EXISTÊNCIAS: TRILHANDO PELAS OBSERVAÇÕES E PRÁTICAS.....	37
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
5. REFERÊNCIAS.....	51

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo entender os processos pelos quais a educação inclusiva, tanto do ponto de vista conceitual como de suas práticas, vem sendo desenvolvida, incluindo seus avanços e, em alguns casos, retrocessos dessa modalidade de ensino. Como recurso bibliográfico, utilizou-se o pensamento de alguns autores que tem se debruçado sobre essa questão, bem como alguns recursos metodológicos desenvolvidos durante a disciplina Estágio Curricular Supervisionado. Com relação ao entrelaçamento do tema com as práticas de ensino da Geografia, procurou-se demonstrar que é possível desenvolver metodologias que promovam a inserção dessas crianças em escolas regulares. Analisaram-se ainda os marcos políticos que regulamentaram esse ensino no Brasil, culminando com as práticas de ensino de geografia vivenciadas na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande – PB.

Palavras-chave: **educação inclusiva, práticas de ensino, Geografia.**

ABSTRACT

This monograph aims, but ample, understand the process by which inclusive education, both from the point of view of its conceptual and practices have been developed, including its advances and setbacks in some cases this type of teaching. How bibliographic resource used to the thought of some authors who have been working on this issue and some methodological tools developed during the course curriculum Internship supervised. With respect to the intertwining of the subject with the practices of teaching Geography sought to demonstrate that it is possible to develop methodologies that promote the inclusion of these children in regular schools. We analyzed also the political milestones that regulated this teaching in Brazil, culminating with the practices of teaching geography experienced in the Association of Parents and Friends of Exceptional Campina Grande - PB.

Key Words: *inclusive education, teaching practices, Geography.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca entender como ocorre o processo de ensino/aprendizagem em Geografia através de práticas inclusivas, compreender como a ciência Geográfica pode contribuir para que essas crianças não deixem de aproveitar o potencial criativo da educação espacial.

A educação inclusiva no Brasil passou por um longo processo de regulamentação de Leis que promovessem essa prática educativa. Teve início em 1988, quando dava seus primeiros sinais na Constituição Federal, passando por um longo processo de regulamentação, que perdura até hoje, no que diz respeito à luta pela inserção das crianças portadoras de necessidades educacionais específicas no ensino regular, já que sua obrigatoriedade existe. Quando me refiro a um processo que dura até hoje, aludo às práticas que são realizadas em sala de aula, de como a escola se prepara para recebê-las e de como a sociedade em geral lida com isso.

É preciso entender a grande importância da prática inclusiva, que é, na verdade, mais que um gesto de cidadania, é um verdadeiro gesto de amor, mediante o qual você ajuda as crianças com de necessidades especiais educativas a desenvolverem suas habilidades. De certa forma professor, mostra-lhe o espaço onde ela está inserida, e esta criança ao mesmo tempo mostra como olhar o mundo aos olhos de uma criança inocente, de como é belo ser sincero, prestativo e solidário as diferenças dos outros.

O ensino inclusivo não é fácil, porém não é algo impossível de ser realizado, é um desafio a ser superado, e isso está claro aos olhos que precisa de muito amor, paciência e compreensão por parte do professor que está promovendo este ensino.

O ensino da Geografia contribui para o desenvolvimento do aluno com necessidades especiais educativas, ao passo que o ajuda a se localizar no espaço, ensina que nesse mesmo espaço em que ele está inserido existe outras pessoas inseridas e que é preciso respeitar algumas regras para promover o bom convívio. Ajuda-o também na percepção do mundo ao seu redor, em questionamentos tais como: Em que país eu moro? A que Estado pertencço? Onde fica minha rua? Que vegetação é essa? Porque esse rio secou? Porque essa cidade está poluída? Dentre tantos outros questionamentos ligados à Geografia. Em outras palavras, o professor irá desenvolver nesse aluno mais do que o simples ensino de Geografia, e sim uma verdadeira educação geográfica, de

modo que, ao lado do professor, ele possa encontrar respostas e fazer o reconhecimento dessas indagações no seu cotidiano.

Para tanto, é preciso que as escolas estejam dotadas de pessoas capacitadas e boa infraestrutura, para que essa prática se torne de fato uma realidade na educação brasileira. É necessário que elas se adequem não só fisicamente, por meio de estruturas acessíveis, mas principalmente por meio da conscientização. Que tornem a escola um espaço onde as crianças com necessidades especiais educacionais, possam de fato se desenvolver e conviver com os demais alunos de forma igualitária, assegurando e promovendo acima de tudo o respeito entre eles.

Ao vivenciar tais práticas na Escola Margarida da Mota Rocha/APAE-CG, podemos observar que é possível levar essas crianças ao convívio escolar regular, desde que haja por parte dos profissionais que compõe o contexto escolar empenho, para que essa prática inclusiva aconteça, e mais especificamente ao professor de Geografia, que basta ele estar disposto a transformar aulas tradicionais em aulas dinâmicas que promovam o aprendizado geográfico em experiências que eles possam vivenciar no seu cotidiano e na sua vida escolar.

No primeiro capítulo, trataremos de uma apreciação teórico-conceitual sobre a educação inclusiva e o ensino da Geografia, e de como esta ciência humana pode contribuir para a disseminação desse ensino.

No segundo capítulo, observaremos os processos de orientação e regulamentação do Ministério da Educação para a educação inclusiva e de como esses documentos interferem na formação do ensino da Geografia.

No terceiro e último capítulo, destacamos a formação histórica da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande-APAE-CG, como também as atividades de estágio supervisionado em Geografia com a apresentação do relatório a partir de práticas vivenciadas na Instituição.

Nas considerações finais, evidenciaram-se as principais conclusões da pesquisa.

1. APRECIÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE GEOGRAFIA.

Nesta parte, discutiremos como de fato é realizada a Educação Inclusiva e como a Geografia, enquanto ciência humana, pode contribuir para a disseminação desse ensino, através da formação espacial, associando concepções conceituais e pedagógicas com atividades práticas do cotidiano vivenciado pelo aluno com necessidades especiais educativas.

1.1. O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PERSPECTIVAS TEÓRICO-CONCEITUAIS E O ENSINO DE GEOGRAFIA.

A educação inclusiva é uma ação educacional humanizada, democrática, amorosa, que busca perceber o sujeito em sua singularidade, visando o seu desenvolvimento, a sua realização pessoal e a inserção de todos em uma escala social igualitária. Este conceito surgiu a partir de 1994 com a Declaração da Salamanca que tinha como principal objetivo promover a inserção de crianças com necessidades educativas especiais em escolas de ensino regular, pois tais crianças não deveriam ser separadas do convívio escolar, por apresentarem algum tipo de limitação. Sobre isto, STAINBACK,(1999 s/p) afirma que:

[...] o ensino inclusivo proporciona às pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade. Os alunos aprendem como atuar e interagir com seus pares, no mundo 'real'. Igualmente importante, seus pares e professores também aprendam como agir e interagir com eles.

Graças à Declaração de Salamanca, o termo de necessidades especiais educativas vem substituir o termo “criança especial”, que antes era utilizado para designar uma criança com algum tipo de limitação. O uso deste termo não se restringia apenas às pessoas com deficiências, mas, de modo geral, a toda e qualquer pessoa que apresentasse algum tipo de necessidade específica, que necessitasse de uma atenção especial por parte das Instituições de ensino.

Segundo MRECH (2010), o conceito de educação inclusiva se resume à realização de atendimentos aos estudantes com necessidades especiais, propiciando a ampliação do

acesso desses alunos às classes comuns, bem como possibilita aos professores da classe um suporte técnico. Desse conceito, depreende-se que as crianças podem aprender juntas realizando verdadeiras trocas de conhecimentos, embora tendo objetivos e processos diferentes para se atingir o aprendizado daquele aluno, podem desenvolver junto aos professores formas criativas de atuação com crianças com deficiência e realizar um atendimento integrado ao professor de classe comum. A partir da experiência de trabalhar temas que possibilitem a inclusão, a escola possibilita que os alunos desenvolvam, a partir de conteúdos programados e planejados, competências de acordo com condições psicoemocionais BRASIL(2006).

Objetivamos, ainda, que educando e educadores progridam nas suas aprendizagens, inclusive aprendam a lidar com as diferenças, a partir das experiências vividas na escola e fora dela.

Dentro dessa perspectiva, a educação inclusiva se torna um fator fundamental para a construção de uma sociedade democrática, em que todos têm sua participação garantida. E nesse sentido, o aluno com necessidades educacionais especiais tem a oportunidade de mostrar aos seus semelhantes que, apesar das suas limitações, ele pode estar inserido no mesmo espaço educacional que os demais e, desse modo, realizar uma verdadeira troca de aprendizagens.

A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Ela questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão RAPOLI (2010,p.7).

Nesse sentido, podemos afirmar que a mais bela lição consiste em respeitar o seu próximo do jeito que ele é. O sujeito aprende a ter consciência de si mesmo e de seus movimentos na medida em que aprende a ter consciência dos demais, e a escola é o lugar ideal para desenvolver essas relações,VIGOTSKI (1996).

Já a educação especial é um dos vieses da educação que se dedica ao atendimento de pessoas deficientes, ou seja, de pessoas com necessidades educativas especiais, que necessitam de atendimentos especializados, voltados para atingir a aprendizagem e a socialização. De acordo com a LDBEN 9394/96 é definida como a modalidade de ensino que duras todas as etapas escolar,BRASIL (2010).

Existem escolas especializadas que se dedicam ao atendimento de apenas um tipo de necessidade, como é o caso das escolas de deficientes auditivos e visuais, entretanto existem escolas especializadas que se dedicam ao atendimento de vários tipos de deficiências como as APAE, aqui constituída como campo de trabalho. (Figura 1)



Figura 1. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE/CG. Fonte: Fotografia da autora. Julho de 2013.

O ensino especial/especializado é a opção mais frequente de procura pelos pais que decidem encaminhar seus filhos para serem melhor educados nessas instituições, pois são escolas destinadas a acolher e cuidar de deficientes. E isto tem se tornado, ao longo do tempo, alvo de críticas, por não promoverem o convívio entre as crianças/jovens/adultos com necessidades educacionais especiais e as crianças ditas normais.

Esse tipo de ensino se difere da educação inclusiva e da regular, porque ela demanda uma série de profissionais que estão envolvidos nesse tipo de aprendizagem, como por exemplo, o educador físico, professor, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogos, terapeutas educacionais etc., ou seja, dispõe de recursos humanos e infraestrutura específica montada para atender essas crianças.

Entretanto, temos que admitir que as escolas regulares ainda não se encontram totalmente preparadas para receber as pessoas com necessidades educacionais

especiais, pois falta infraestrutura, material didático, formação por parte dos professores, dos gestores e dos alunos. Enfim, é uma gama de fatores para justificar essa ausência da prática inclusiva em escolas regulares, porém um dos fatores que mais chamam a atenção, dentro desse universo regular, é a falta de inclusão por parte das crianças ditas normais, que talvez pela a formação que receberam dos seus pais, da sociedade ou mesmo da escola, como já havíamos citado anteriormente, e que ainda não se encontra totalmente preparada para acolher, de modo justo e igualitário, essas crianças que apresentam algum tipo de deficiência.

Contudo, é preciso que haja uma conscientização por parte, principalmente, dos alunos, pois são eles os maiores responsáveis para que o aluno que possua algum tipo de deficiência se sinta totalmente incluído na escola regular. E é no ambiente escolar onde esses dois tipos de alunos desenvolverão o objetivo da educação inclusiva, que é respeitar as diferenças do outro e aprender a conviver de forma igualitária.

Sobre isso, WERNECK(1999, s/p):

A educação é, portanto, um direito de todos, e assegurá-lo é, necessariamente, dar boas vindas a esse aluno, sem questionar suas possibilidades ou dificuldades. Respeitando-os, integrando-os ao cotidiano escolar, visando capacitar e melhorar a vida desse educando.

Como podemos ver até aqui, a escola direcionada para o atendimento educacional especial conta com materiais, equipamentos e professores especializados para esse tipo de atendimento. Já a escola regular precisa adaptar-se, o que é assegurado por Lei, pois essas crianças com deficiência têm todo direito de estudar em escola regular.

As orientações e determinações oriundas das Leis de Diretrizes e Bases (LDB) para os documentos específicos relativos aos portadores de deficiência sugerem e propõem formas flexíveis para esse atendimento educacional, insistindo na adequação de recursos e procedimentos de ensino. Alertam também para o risco de incluir simplesmente por meio da matrícula na classe comum, e evidenciam também que a escola precisa reunir condições para recepcionar os alunos com necessidades especiais, pensando em suas necessidades específicas.

A Geografia desempenha um papel fundamental para a tarefa de inclusão, pois, no tocante à geografia escolar, tem como principais objetivos a capacidade de aplicação

dos saberes geográficos nos trabalhos relativos e outras competências. Em particular, a capacidade de manusear mapas e os métodos de trabalho de campo, de modo que estes se fazem possíveis através de metodologias específicas tais como: identificar no mapa o lugar onde aquele aluno mora, desenhar aquele lugar onde ele reside e produzir maquetes com os recortes identificados por ele, e, por fim, leva-lo à campo para mostrar-lhe como de fato é o lugar onde ele vive. Sempre procurando expor o conceito e depois confrontar com a sua realidade, assim o aluno terá mais facilidade de assimilar o conteúdo. (Figura 2).



Figura 2. Atividade Mapa da Paraíba. Fonte: Foto da autora.

Através do ensino da Geografia, o aluno com necessidade educacional específica poderá ampliar o seu conhecimento e compreender o espaço em que ele habita, em um contexto local, e identificar as características físicas e culturais, bem como nos contextos nacionais e globais.

A educação geográfica tem a possibilidade de levar a compreensão das semelhanças e das diferenças entre os lugares, desenvolvendo nesse aluno a capacidade de conhecer e reconhecer o tempo, o clima, a geomorfologia, os recursos hídricos, o solo, a vegetação, as características da população, as atividades econômicas e a diferença entre um espaço rural e o urbano, já que são características que podem ser trabalhadas diariamente nos lugares de convívio do educando.

Logo, o professor de Geografia deve utilizar desses conceitos geográficos a partir de uma linguagem cartográfica e gráfica, respeitando o tempo de aprendizagem do aluno.

Deve também fazer o uso de linguagens e outros gêneros textuais, imagens, recursos audiovisuais e documentais para explicar, analisar e propor soluções que utilizem os conceitos geográficos em situações cotidianas.

Uma educação geográfica de qualidade contribui para que os alunos conheçam as representações sociais e as culturas dos diferentes lugares e entendam como se dá a interação entre a sociedade e a natureza em diferentes tempos históricos.

Para um bom desenvolvimento de uma educação geográfica, é importante que o aluno com algum tipo de limitação obtenha uma compreensão necessária do mundo, para que ele formule hipóteses a partir das observações realizadas por si, de modo que possa obter um desenvolvimento teórico, CASTELLAR (2010).

Entretanto, podemos afirmar que a geografia contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas, desenvolvendo a consciência de que somos sujeitos da história, nas relações com lugares onde vivemos e nos costumes que resgatam a nossa memória e no modo em que podemos compreender a paisagem que ganha novos significados na medida em que a observamos por diferentes ângulos.

Já no que diz respeito às relações geográficas, entendemos que a geografia estuda o significado da localização e dos fenômenos, o território, as divisões em regiões ou países, descrevendo os lugares e os interpretando de acordo com os momentos históricos em que ocorreram. Ao ensinar a Geografia, o professor sempre se coloca em destaque no que se refere ao repensar os conteúdos geográficos e ao mesmo tempo em que ele não pode se distanciar da Geografia acadêmica e da essência do verdadeiro conhecimento geográfico.

O problema não consiste em definir o saber geográfico, que deve ser transmitido ao aluno, mas de como este aluno está aprendendo os conteúdos, principalmente no que se refere ao aluno com necessidade educacional especial. Neste caso, é preciso que o professor esteja devidamente preparado para atender as dúvidas e acompanhar todo aprendizado do aluno, como desenvolver com o aluno um mapa conceitual em que o aluno compreenda o conceito de espaço geográfico; conseguir relacioná-lo com os conceitos de lugar de sociedade, paisagem, poder, solo, tipos de vegetação, cultura e trabalho, respeitando obviamente as formulações dos conceitos de acordo com níveis de cada série.

A interpretação dos fenômenos geográficos ganha o verdadeiro sentido quando o aluno entende a diversidade e como é realizada a organização dos lugares, das redes que são construídas no simples ato de se deslocar entre os lugares que costumam ir, como à escola, a casa de um amigo, à praça ou mesmo ao supermercado. Essas redes se formam a partir de trajetos que permitem ao aluno mapear cada um desses lugares que frequentam.

Entender a Geografia do lugar em que se vive significa conhecer e aprender que as paisagens são diferentes. Por exemplo, em uma rua podemos encontrar construções arquitetônicas. Em um bairro essas diferenças arquitetônicas se tornam ainda maior. A quantidade de pessoas que vivem ali, as mercadorias que são comercializadas, as áreas de lazer existentes, as áreas industriais e comerciais se diferem de acordo com o tamanho e as disparidades desses lugares. É importante também que o aluno desenvolva a habilidade saber reconhecer cartograficamente as áreas rurais das urbanas, CASTELLAR (2010).

Ao ensinar a Geografia, o professor leva ao aluno à possibilidade de raciocinar geograficamente. O espaço terrestre em diferentes escalas contribui também para que o aluno perceba a imagem gráfica ou representação cartográfica, de modo que essa metodologia promova a assimilação mais rápida ao aluno que necessite de um atendimento especial. (Figura 3).



Figura 3. Atividade Mapa de Campina Grande. Fonte: Fotografia da autora.

Para estimular aprendizado dos alunos com algum tipo de necessidade específica educacional, podem ser utilizadas diversas propostas como: jornal, gêneros textuais, literatura científica, recursos audiovisuais e linguagem cartográfica. Logicamente, esses métodos são empregados de acordo com o tempo da turma e em especial do aluno que possua algum tipo de limitação, de modo que todos os métodos possam ser empregados no decorrer da aula.

Ao trabalhar com textos nas aulas de Geografia, o professor reforça as concepções sobre os conceitos científicos, observa os lugares e o analisa ao mesmo tempo. E também observa o gênero textual a ser trabalhado como documento histórico, tendo a possibilidade de entender quais foram os fatores que influenciaram para que aquele espaço observado fosse transformado. Isso pode ser feito através de fotografias uma vez que desperta ainda mais o interesse do aluno e automaticamente o faça reviver aquele momento histórico. Como sugestão, pode ser produzida uma entrevista em que o aluno aborde alguma problemática do seu interesse, além de trabalhar a leitura de mapas, nesse caso pode ser trabalhado o espaço frequentado pelo aluno de forma que o aluno possa se identificar com o espaço que ele frequenta e isso desperte ainda o interesse pela a Geografia, CASTELLAR (2010).

Por fim, podemos observar que a Geografia é uma das disciplinas curriculares que reúne muitas possibilidades de inclusão de crianças/jovens com necessidades educativas especiais, ao passo que propicia a ele uma visão do espaço como todo e em suas particularidades. A Geografia também possibilita que o aluno possa entender quais são suas origens e quais foram os fatores históricos que contribuíram para que o espaço que ele vive se tornasse do modo que está, e isso pode ser bem explorado com o uso de metodologias que favoreçam o aprendizado delas, mostrando o quanto é importante o papel dele no espaço onde vive.

1.2 AUSÊNCIAS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA.

O estabelecimento brasileiro de formação do professor secundário ocorreu na década de 30 do século XX, neste período houve uma enorme expansão da escolaridade em

todos os níveis. Na formação desse profissional, até hoje ainda se constitui um modelo clássico, caracterizado pela organização que une dois conjuntos de estudos, de um lado as disciplinas técnico-científicas e do outro as disciplinas didáticas-(psico) pedagógicas, mais conhecidas como modelo o modelo 3+1, que contempla três anos de bacharelado mais um ano de formação pedagógica, em que o aluno de graduação terá contato com as práticas pedagógicas. Contudo, por muito tempo, a formação docente do Brasil tinha uma posição secundária dentro da educação e isso levava à uma desvalorização da profissão, e acarretava em uma ausência de autonomia diante das decisões sobre o processo de ensino-aprendizagem,PONTUSCHKA (2009).

A educação básica era oferecida pelo o setor público, já a formação dos professores é oferecida principalmente pelo o setor privado, no entanto grande parte dos professores que ministravam aulas no ensino básico eram formados em universidades privadas, tendo em vista que essas instituições de ensino privado tinham uma organização curricular constituída por pequenas licenciaturas. Nas universidades públicas, os cursos de licenciatura e bacharelado eram organizados como cursos separados, a licenciatura é entendida como um curso complementar ou secundário, já o curso técnico-científico ganha uma enorme importância, PONTUSCHKA (2009).

O processo de expansão do ensino superior no Brasil ocorreu em virtude da privatização, com uma grande expansão de instituições privadas, divergindo com a Lei da Reforma do Ensino Superior 5.540/68, que orientava que o ensino superior deveria ser o organizado pela a universidade. A expansão se tornou ainda mais acentuada após a aprovação das Leis de Diretrizes e Bases 5.692/71 que estabelecia o modelo das licenciaturas curtas polivalentes. Durante muitos anos, a maioria dos professores de Geografia, principalmente de São Paulo, formados pelo o ensino superior privado em curto espaço de tempo em que dois anos eram destinados para os Estudos Sociais e dois anos para Geografia. Entretanto essa situação começou a mudar no cenário nacional e internacional, com a valorização da formação do professor, que passa a ser visto como transmissor de conhecimentos,PONTUSCHKA(2009).

A Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional 9.394/96 apontou novas saídas para a formação do professor, e também prevê que a formação de professores para a educação básica ocorra em nível superior. Ao mesmo tempo, foram definidos novos

Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino básico e as Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os cursos superiores de graduação.

Já é rotina ouvir que os alunos chegam ao ensino superior apresentando um nível baixo de aprendizado e outras inúmeras deficiências, dentre elas a falta de domínio da própria língua para desempenhar os trabalhos acadêmicos, principalmente nos cursos de licenciatura conhecidos historicamente como cursos fracos, pelas condições de trabalho e também por serem a última opção dos cursos oferecidos, em instituições privadas onde esse despreparo dos alunos é bem nítido e torna-se um grande desafio para o professor. No que diz respeito ao domínio dos conceitos da Geografia, quando se trata da sociedade e da natureza, e isso leva os professores a um certo desespero. Ao tentarem suprir essa deficiência, terminam atrelando uma enorme gama de conteúdos e obviamente não conseguem dar conta de tudo e abordam tais conteúdos de modo desligado da realidade. Esquecem por muitas vezes de entender a realidade vivida de cada aluno e principalmente dos que possuem necessidades educativas especiais, PONTUSCHKA (2009).

Desenvolver a habilidade de ensinar o aluno a pesquisar, exige, por parte do professor, a criação de um ambiente propício para desenvolver práticas pedagógicas que estimulem a curiosidade e a criatividade dos alunos, deixando de lado o ensino pautado na memorização e na reprodução de um conhecimento sem nenhum censo crítico.

Uma das maiores dificuldades do curso de formação de professores de Geografia se refere à necessidade de organizar os conteúdos do componente curricular e com os conteúdos pedagógicos educacionais, diante disso surge o problema da inclusão de crianças com necessidades especiais educativas. Como desenvolver conteúdos pedagógicos e educacionais que funcionem como ferramentas inclusivas para os alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de geografia e que tornem a aprendizagem mais fácil?

É essencial que o professor de Geografia possa desenvolver, através das práticas pedagógicas que podem ser aprendidas na graduação ou mesmo em especializações, metodologias educativas inclusivas não só para os alunos com necessidades especiais educativas, mas, em um contexto geral, todos os alunos. A Geografia não deve ser

entendida como apenas uma disciplina, mas como um saber Geográfico presente no cotidiano deles.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de 2008, para o ensino médio de Geografia, é importante que aluno conheça e compreenda as características do meio em que ele está inserido, no seu cotidiano, de modo que ele amplie o conhecimento sobre o mundo real, entenda que o espaço traz consigo condições naturais de sua formação e que se manifestam de maneiras diferentes nos diversos lugares, que depende também da ação humana com suas características sociais, culturais, econômicas e com seu modo de organização.

Assegurar aos alunos com necessidades educativas especiais ou não o desenvolvimento da capacidade de saber ler o mundo, para que então compreenda a realidade e entenda como de fato as relações se desenvolvem. Não implica apenas observar as formas, mas entender o significado de cada uma delas. E é a partir daí que os alunos percebem os diversos lugares que compõem a Geografia, ampliando a dimensão que muitas vezes é limitada pelas escolas com atendimentos especializados ou mesmo no ensino regular.

Ao analisar algumas orientações do Ministério da Educação para o ensino da Geografia, não se encontra nenhuma recomendação com relação à educação inclusiva para o ensino de geografia, componente curricular que se faz presentes em todas as etapas do processo de ensino e aprendizagem. Logicamente que as orientações postas são observadas a partir de um contexto geral que orienta também ao professor que observe as particularidades dos alunos.

Nesse sentido, se faz necessário que orientações sejam cedidas pelo o MEC com relação a essa modalidade de ensino para que não haja exclusão em sala de aula, mas que com a ajuda de um professor capacitado o aluno seja capaz de desenvolver os conteúdos estudados, pois já que a inclusão é um termo tão utilizado e tão defendido e tem que estar presente nas práticas cotidianas na escola, nas metodologias e didáticas de ensino dos professores e no respeito presente dos próprios alunos ditos “normais” para com os outros, para que então os alunos com necessidades educativas especiais se sintam totalmente integrados de que modo haja igualdade entre todos os alunos.

1.3 AUSÊNCIAS NA ESCOLA E NAS PRÁTICAS DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA.

Em um determinado momento da vida profissional, o professor irá deparar-se com um ou mais alunos com necessidades educativas especiais. Cabe ao professor criar metodologias em sala de aula que possam facilitar o aprendizado deste aluno. Porém, existem necessidades educacionais que requerem da escola uma série de recursos e apoios de modo mais especializado, que crie no aluno mais possibilidades dele ter acesso ao currículo. Ou seja, do porteiro à merendeira, todos devem estar preparados para promover um espaço ideal para que esses alunos tenham acesso ao ensino regular.

Desenvolver um projeto pedagógico que inclua os educandos com necessidades especiais que deverá seguir as mesmas diretrizes que já foram traçadas pelo o Conselho Nacional de Educação para a educação infantil, o ensino fundamental, ensino médio, a educação profissional de nível técnico, a educação de jovens e adultos e a educação escolar indígena. Porém esse projeto deveria ser flexibilizado, de modo a respeitar o próprio caminhar dos alunos e contribuir para o seu progresso escolar.

No decorrer do processo de ensino-aprendizagem, a realização de uma avaliação pedagógica dos alunos que apresentem necessidades educativas especiais, objetivando identificar quais são as dificuldades que impeçam o aprendizado dessas crianças. Essa avaliação precisa levar em consideração todos os aspectos da aprendizagem desses alunos e das práticas docentes.

Ao analisar o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, podemos observar a presença do componente curricular de Libras que, segundo a “Lei nº10. 436/02 reconhece a língua Brasileira de Sinais como um meio legal de comunicação e expressão” BRASIL (2002). Porém nota-se a ausência de um componente curricular voltado para a educação inclusiva, no que se refere ao ensino aos alunos com necessidades educativas especiais . Não que essa prática tenha sido feita de maneira errônea por parte dos professores responsáveis pela a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Geografia; mas, sim, de uma sociedade que ainda não trata esse assunto com uma das prioridades dentro do processo de formação do professor, como se esse tipo de desafio do ensino especial não fosse acontecer na futura sala de aula desse professor em formação.

A pergunta é: Como o professor procederá em uma sala de aula que tenha um aluno com necessidades educativas especiais, já que não teve nenhum tipo de formação adequada para tal situação? Foi a mesma pergunta que me fiz quando me deparei com uma aluna com deficiência intelectual na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Conselheiro José Braz do Rêgo – Boqueirão - PB, quando estava ministrando uma aula de cartografia. Senti muita dificuldade.

Ao analisar também o Projeto Político Pedagógico da escola referida, fui previamente alertada que não estava pronto, porém tinha no índice um enunciado que tratava dos atendimentos dos alunos com necessidades especiais educativas. Notei que esse assunto era um dos últimos a serem abordados pelo PPP, como se não fosse tão importante quanto os demais.

É Lei crianças com necessidades especiais terem direito ao acesso do ensino regular, entretanto é preciso que a escola esteja preparada para isso. Tratar o assunto do ensino especial assim com o mesmo grau de importância do currículo, projetos e avaliação que fazem parte do PPP, desenvolver dentro desse projeto um espaço para as discussões de quais metodologias serão desenvolvidas pelo os professores para alcançar a aprendizagem do aluno é algo sumamente importante, os assuntos à serem abordados em sala de aula devem permanecer os mesmos, pois se alteramos não estaremos fazendo a inclusão dessas crianças.

Sendo assim, a Universidade, como um espaço onde são discutidas as problemáticas e que também aponta saídas para sanar essas problemáticas, dentro dessa abordagem o professor de Geografia assume um papel muito importante já que é conhecedor do espaço, deve, portanto começar a se preocupar com esse ensino, pois essas crianças com necessidades especiais dependem de nós para entender de que modo elas estão colocadas no espaço.

2.0 PROCESSOS DE ORIENTAÇÃO E REGULÇÃO DO MEC PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, OBSERVANDO A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO GEOGRÁFICA NESSES DOCUMENTOS.

Neste capítulo, trataremos dos processos de orientação e regulamentação do Ministério da Educação no que diz respeito à educação inclusiva, como também observaremos a importância da formação geográfica nesses documentos.

2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.

Historicamente, a escola ficou conhecida pela a visão que delimita a escolarização como um privilégio de poucos e uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais orientadas pela reprodução da ordem social. Com o desenvolvimento do processo de democratização da escola, fica evidente o paradoxo da inclusão/exclusão, quando de fato os sistemas de ensino permitiram a universalização o acesso, sem ter sido, porém, resolvido o problema da exclusão dos sujeitos e grupos sociais considerados fora dos padrões da escola, aumentando, ainda mais o processo de segregação

Nesse contexto, é importante ressaltar que a educação especial é um atendimento educacional especializado que substitui o ensino regular aos alunos que possuem necessidades especiais, levando a criação de instituições especializadas e classes especiais.

Nesse ínterim, é importante primeiramente ressaltar, que o atendimento às pessoas com necessidades especiais, teve início no país no período do Império, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, atualmente denominado de Instituto Benjamin Constant – IBC, (figura 4) e o Instituto de Surdos e Mudos no ano 1857, hoje chamado de Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES, (figura 5) ambos localizados no Rio de Janeiro. No início do século XX, em 1926 é criado o Instituto Pestazolli, instituição dedicada ao atendimento às pessoas com deficiência mental, em 1945 é criado o primeiro centro educacional especializado no atendimento as pessoas com super-dotação na Sociedade Pestazolli, por Helena Antipoff e no ano

de 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, BRASIL (2010).



Figura: 4. Instituto Benjamin Constant – IBC. Fonte: Google imagens. Julho de 2013.



Figura 5. Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Fonte: Google imagens. Julho de 2013.

No ano de 1961, o atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais educacionais, passa a regido pela a Lei nº 4.024/61, no qual é assegurado o direito das pessoas excepcionais à educação dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº 5.692/71 altera a Lei de 1961, ao referir-se ao atendimento especial como o atendimento indicado para alunos com deficiências físicas, mentais e os que se

encontram em atraso considerável, quanto à idade regular de matrícula e aos superdotados. Essa Lei relata que o sistema geral de ensino ainda não está preparado para receber esses alunos, reforçando ainda mais o encaminhamento deles para salas especiais, onde possa ser realizado o atendimento específico para cada tipo de deficiência, BRASIL (2010)

No ano de 1973, o Ministério de Educação abriu o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, departamento responsável por gerenciar a educação especial no Brasil, que foi responsável por ações educacionais voltadas para as pessoas portadoras de deficiências e as pessoas com superdotação, realizadas através de campanhas e iniciativas isoladas do Estado.

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988, traz como um dos seus principais avanços a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art3º, inciso IV). O artigo 205 define a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Já o artigo 206, inciso I, estabelece a igualdade de condições do acesso e permanência na escola, com um dos princípios norteadores para o ensino e garante como dever do Estado a oferta de atendimento especializado para crianças portadoras de necessidades especiais educacionais na rede regular de ensino (art.208).

O Estatuto da Criança e do adolescente – ECA, Lei nº8. 069/90, no artigo 55, assegura que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus ou pupilos na rede regular de ensino. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos em 1990, e a Declaração de Salamanca em 1994, passam a influenciar na formulação de políticas públicas inclusivas no Brasil, BRASIL(2010).

No ano de 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de instruções integradas que facilitasse o acesso às classes comuns de ensino regular para aqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares no ensino regular no mesmo ritmo que os alunos ditos normais. Porém essa política não provocou nenhuma reformulação nas práticas educacionais, mantendo ainda esse atendimento educacional em escola regular.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº9.394/96, no artigo 59, relata que os sistemas de ensino devem assegurar a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude das suas deficiências. Assegura a aceleração dos estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar presente no artigo 24, inciso V, e, no artigo 37, garante oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Sobre todo esse processo de mudança das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Resolução CNE/CEB nº2/2001, artigo 2º, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, s/p).

Nesse ínterim, a Convenção de Guatemala (1999), realizada no Brasil por meio de seu Decreto nº3. 956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e as mesmas liberdades fundamentais que os demais cidadãos, definindo como discriminação o ato que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este documento exerce uma importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, inserida no contexto da diferenciação, adotado para promover à eliminação das barreiras que impedem o acesso a escolarização de pessoas com necessidades especiais educativas, BRASIL(2010).

Assim, a inserção da Língua Brasileira de Sinais, Libras, foi reconhecida pela a Lei nº10. 436/02. A portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, ensino, produção e difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

No ano de 2003, é implantado pelo o MEC o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos. Essa iniciativa tem como objetivo promover uma ampla transformação na formação de gestores e educadores em todos os municípios

brasileiros e garantir o direito de acesso de todos à escola, à educação especial e à acessibilidade.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento de acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular, que tinha como principal objetivo transmitir os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reforçando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com deficiências nas turmas comuns de ensino regular. Posteriormente, no ano de 2005, foram implantados Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação- NAAH/S em todos os estados e no Distrito Federal, para o atendimento educacional especializado, para a orientação às famílias e para a formação continuada dos professores.

Em seguida, no ano de 2007, é publicado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que tinha como eixos norteadores a formação de professores para a educação especial, a implantação das salas de recursos multifuncionais, modificações físicas dos prédios escolares que permitissem a acessibilidade das crianças com limitações físicas, o acesso e a permanências das pessoas com deficiências específicas na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo o Benefício de Prestação Continuada- BPC, que assegura o pagamento de um salário mínimo para idosos e deficientes que não possam se manter.

O documento desenvolvido pelo o MEC, Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas, mostra a superação das divisões entre a educação regular e educação especial:

Contraíndo a concepção sistêmica de transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados, BRASIL (2007, p.09).

Para a regulamentação do PDE, é publicado o Decreto nº6. 094/2007, que estabelece nas diretrizes o Compromisso de Todos pela a Educação, garantindo também o acesso e a permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais, reforçando a inserção nas escolas públicas, BRASIL (2010).

2.2 COMO ANDA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL?

Graças ao Censo Escolar gerado pelo Ministério da Educação em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, foi possível realizar anualmente, em todas as escolas de educação básica, o acompanhamento dos indicadores da educação especial, no que diz respeito ao acesso à educação básica, matrícula em rede pública, ingresso em salas comuns, oferta do atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares, municípios com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, escolas com acesso ao ensino regular e como ocorre a formação do docente para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos inseridos no ensino regular, BRASIL (2010).

Para a obtenção desses dados no âmbito da educação especial, o MEC/INEP coleta dados referentes ao número geral de matrículas, e, a partir disso, é realizada uma observação das ofertas de matrículas nas escolas públicas, escolas privadas e escolas sem fins lucrativos, as matrículas em classes especiais, o número de alunos de ensino regular que realizam atendimento especializado, as matrículas como também os tipos de deficiência, transtornos do desenvolvimento de altas habilidades/superdotação, a infraestrutura da instituição de ensino quanto à acessibilidade física dos prédios, a sala de recursos, os equipamentos específicos e a formação dos professores que atuam no ensino especializado.

Em 2004, são realizadas mudanças na instrumentação de pesquisa do Censo, passando a fazer o registro da série ou ciclo escolar dos alunos identificados no campo da educação especial, possibilitando fazer um mapeamento escolar durante o processo de escolarização desse aluno. Assim, o formulário do Censo Escolar passou a ser transformado em um sistema de informação on-line, que permite fazer a atualização dos dados dentro do mesmo ano escolar, e ainda cruzar esses dados com outros bancos de dados.

Um bom exemplo do avanço permitido pelo citado instrumento foi o Censo Escolar em 1998, que registrou uma evolução nas matrículas, de 337.326 para 700.624 em 2006, expressando um crescimento de 107%. No que diz respeito ao ingresso em classes comuns no ensino regular, verificou-se um crescimento de 640%, passando de 43.923 alunos no ano de 1998 para 325.316 em 2006.

No que se refere à distribuição dessas matrículas nas entidades públicas e privadas, em 1998 foi registrado 179.364 (53,2%) alunos na rede pública e 157.962 (46,8%) nas escolas privadas, principalmente em instituições especializadas sem fins lucrativos. Com o desenvolvimento de ações e políticas voltadas para educação inclusiva nesse período, notou-se que ocorreu um crescimento de 146% das matrículas nas escolas da rede públicas, que alcançaram 441.155 (63%) alunos no ano 2006.

Na distribuição das matrículas por etapa de ensino em 2006, 112.988 (16%) estão matriculados na educação infantil, 466.155, que corresponde (65,5%), no ensino fundamental, 14.150 (2%) e no ensino médio, 58.420 que correspondem a (8,3%) e na educação de jovens e adultos e 48.911 (6,3%) na educação profissional, mas vale ressaltar que na educação infantil, há uma grande concentração das matrículas nas escolas especiais, com o registro de 89.083 alunos, enquanto apenas 24.005 estão inseridos em escolas comuns, BRASIL (2010).

O Censo Escolar da Educação Especial na educação superior registra que, entre 2003 e 2005, o número de alunos passou de 5.078 para 11.999 alunos, representando um crescimento de 136%. Isso graças às evoluções das ações referentes à educação especial e na educação inclusiva. Essas ações também contribuíram para o aumento do número de escolas com matrícula, que no ano de 1998 registrava apenas 6.557 escolas e passaram a registrar em 2006 54.412, representando um crescimento de 703%. Dessas escolas, em 2006, 2.724 são escolas especializadas, 4.325 são escolas comuns com classes especiais.

No que se refere à infraestrutura dos prédios escolares, observou-se que, em 1998, dos 6.557 que aponta 14% dos estabelecimentos de matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais possuíam sanitários com acessibilidade, já em 2006, das 54.412 escolas com matrículas de alunos atendidos pela a educação especial, 23,3% possuíam sanitários com acessibilidade. No que diz respeito à formação dos professores que atuam na educação especial no ano de 1998, o Censo indicou que só 3,2% possuem ensino fundamental, 51% ensino médio e 45,7% ensino superior. Já no ano de 2006, dos 54.625 nessa função, 0,62%% registram ensino fundamental, 24% ensino médio e 75,2% ensino superior. Nesse mesmo ano, 77,8% desses professores declaram ter cursos específicos nessa área de conhecimento, ou seja, observa-se que houve um

maior comprometimento por parte dos profissionais que atuam nessa área em aprimorar seus conhecimentos, para assim realizar um melhor atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, BRASIL (2010).

2.3 OBJETIVO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

A Política Nacional de Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Especial tem como objetivo a promoção do acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, alunos portadores de transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas regulares, orientando as instituições de ensino para que promovam um atendimento que corresponda às necessidades educacionais especiais e garanta também a transversalidade da educação especial, da educação infantil até o ensino superior, sem que ocorra nenhum ato de exclusão por parte das instituições. Além disso, tem como objetivo o atendimento educacional especializado, a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino, a formação de professores para o atendimento especializado e demais profissionais da educação para que o processo da inclusão escolar vá do professor e se estenda até o porteiro.

Nesse sentido, para que realmente se tenha um atendimento especializado, é preciso que haja também a participação da família e da comunidade para que, em parceria, deem continuidade a esses atendimentos fora da escola de modo que eles não se sintam excluídos e diferentes. Outra questão muito importante também é a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas, para amenizar essas barreiras que são impostas cotidianamente.

2.4 DO ATENDIMENTO PARA COM OS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EDUCATIVAS.

Durante muito tempo, entendeu-se que a educação especial deveria ser realizada de modo separada da educação comum, pois seria a forma mais apropriada para com os

alunos que apresentavam necessidades educacionais especiais ou que não se adequassem à estrutura curricular rígida dos sistemas de ensino e essa visão perdurou por muito tempo, no sentido de que, as crianças que apresentassem algum tipo de deficiência deveriam ser separadas e educadas em outro ambiente de ensino, pois ali elas não reuniriam condições de acompanhar as demais. Porém, com o advento de estudos realizados no campo escolar e no dos direitos humanos vem se modificando esses conceitos, legislações, práticas educacionais e de gestão, sempre destacando a necessidade de promover uma reestruturação nas escolas de ensino regular e da especial.

A Declaração de Salamanca, proclamada em 1994, relata que as escolas regulares com práticas inclusivas desenvolvem meios mais eficazes de combater as ações discriminatórias por parte da comunidade em geral, pois na escola onde essas crianças com necessidades especiais educacionais inseridas em um meio tão diversificado têm a oportunidade de interagir com as outras crianças. Mas isso desde que a escola esteja preparada e adaptada para recebê-las.

A partir dessa Declaração, foi disseminado mais amplamente o conceito de necessidades educacionais especiais, que ressalta a necessidade de inserir essas crianças com deficiências em um espaço social, para então promover essa integração de forma mais igualitária. Nessa perspectiva de inclusão, a educação especial passa a fazer parte da proposta pedagógica da escola regular, fazendo a promoção do atendimento às necessidades educacionais especiais. A partir dessa conceituação, considera-se uma pessoa com deficiência: “Aquele que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação na escola e na sociedade, (MEC/SEESP, 2010, p.21)”.

Dessa forma, as práticas da educação especial são direcionadas para o atendimento das especificidades desses alunos dentro do processo da escolarização, atuando de forma específica, orientando a organização de redes de apoio, contribuindo para a formação continuada dos professores na identificação de recursos que auxiliem o desenvolvimento do aluno e defendam sua permanência na escola regular, porém não impedindo seu direito de ser acompanhado por uma escola especializada.

2.5 QUANTO À FORMAÇÃO DOS EDUCADORES.

A formação do professor, sem dúvida, é essencial para a melhoria do processo de ensino/aprendizagem, dependendo da formação que o aluno de graduação teve na Universidade. Esta formação será responsável pelo seu norteamento nas suas práticas profissionais em sala de aula.

Uma das maiores dificuldades encontradas no processo de formação dos educadores em trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais é amplo o leque de realidades sócio-culturais, para atender a essa grande diversidade social e cultural, o material dirigido para essa formação tem que ser suficientemente abrangente para atender a todas essas diversidades.

O ensino de alguns conceitos é fundamental, contudo se faz necessário articular esses conceitos com as situações vivenciadas pelo o aluno no seu cotidiano e também no cotidiano escolar. A formação do professor deve ser um processo contínuo que perpassa por práticas cotidianas com seus alunos. É de suma importância também valorizar o trabalho de todos os profissionais envolvidos com a causa inclusiva, por não se tratar apenas da inclusão de um aluno com necessidades educacionais especiais, mas também pensar a escola como espaço que possam ser propício para o desenvolvimento dos princípios tais como: o senso de respeito e da igualdade.

Para que isso ocorra, é preciso que as formações desses docentes sejam realizadas de modo sistemático, ou seja, com a realização de instrumentos de acompanhamento e avaliação que demonstrem os problemas e perspectivas da participação dos alunos com necessidades educacionais especiais, através das competências e habilidades que estão sendo desenvolvidas.

Quanto à estruturação curricular, o Ministério da Educação não faz menção de nenhum currículo específico inclusive o de Geografia, para o ensino da Geografia, pois se houvesse este currículo específico, não seria praticada a inclusão, portanto cabe o professor e nesse caso mais específico de Geografia abraçar a causa, e através de práticas metodológicas interdisciplinares em consonância com o cotidiano de o aluno participar de forma competente do processo de inclusão, através da educação espacial, voltada, principalmente para formação de cidadãos plenos de igualdade, de direitos e deveres.

3 PRÁTICAS VIVENCIADAS NA APAE-CG.

Neste capítulo, destacamos a formação histórica da APAE e as atividades de estágio supervisionado em Geografia, com a apresentação do relatório a partir das práticas e vivências compartilhadas na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande – APAE-CG.

3.1 APAE, CARACTERÍSTICAS E LOCALIZAÇÃO.

Na cidade de Campina Grande, a APAE foi criada na Semana do Excepcional, em 1982, por um grupo de pais que necessitavam de apoio para seus filhos. Contudo, o funcionamento efetivo da instituição somente ocorreu a partir setembro de 1993. Duas pediatras, juntamente com pais, profissionais e amigos se reuniram com o objetivo de criar um grupo de apoio aos pais de recém-nascidos, meses depois se descobriu a existência da documentação da APAE. Então, aquele grupo tomou para si o desafio de fazer a instituição funcionar como alternativa de atendimentos sócio-psico-pedagógico a este segmento da sociedade.

Sendo assim, a APAE-CG foi criada no dia 01 de Setembro de 1982, no Auditório do Museu de Artes Assis Chateaubriand da Fundação Universidade Regional do Nordeste. Reuniram-se representantes de diversos segmentos da comunidade campinense, apoiados também pela Secretaria de Educação do Município. Naquele momento, o domínio público passou a presidência dos trabalhos para o professor Carlton Ferreira da Nóbrega, presidente do Rotary Clube Oeste, que, atendendo à solicitação do Senhor Arauto Hugo da Costa, sugeriu a criação em nossa cidade de um órgão de apoio ao excepcional e explicou como funcionava uma APAE.

Atualmente, é entidade filantrópica, que tem por objetivo o desenvolvimento educacional, cultural e assistencial. Atende a 421 pessoas com deficiências mentais e múltiplas nos turnos manhã e tarde, de segunda à sexta. Existe ainda uma lista de espera de 300 pessoas para serem atendidas pela instituição.

A APAE promove ações de defesa dos direitos dos alunos que recebem atendimento na prevenção, orientação e apoio à família, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Associação dispõe de serviços como fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, equoterapia, serviço social, pedagogia, educação profissionalizante (artes, horta e cozinha) e clínica médica.



Figura 6. Criança recebendo atendimento de fisioterapia. Fonte: Fotografia da autora. Julho de 2013.

A Instituição funciona com recursos da comunidade através de doações, bem como com parcerias com os Governos Municipal e Estadual. Entretanto, passa ainda por dificuldades, pois, conforme citado, existe um lista de 300 pessoas com necessidades especiais esperando por atendimento que, inobstante, podem fazer uma grande diferença no desenvolvimento físico e intelectual.

Nesta parte, enquanto estudante de Geografia e futura educadora, ensejo imprimir minha contribuição, não apenas no sentido acadêmico, mas no sentido humanístico. O trabalho do professor de Geografia é muito mais do que desenvolver no aluno um saber geográfico, é preciso que tenhamos a capacidade de desenvolver nos alunos com necessidades educacionais especiais ou não o conceito de que o espaço que habitamos é um lugar que pode e deve ser transformado de acordo com as necessidades do nosso semelhante.

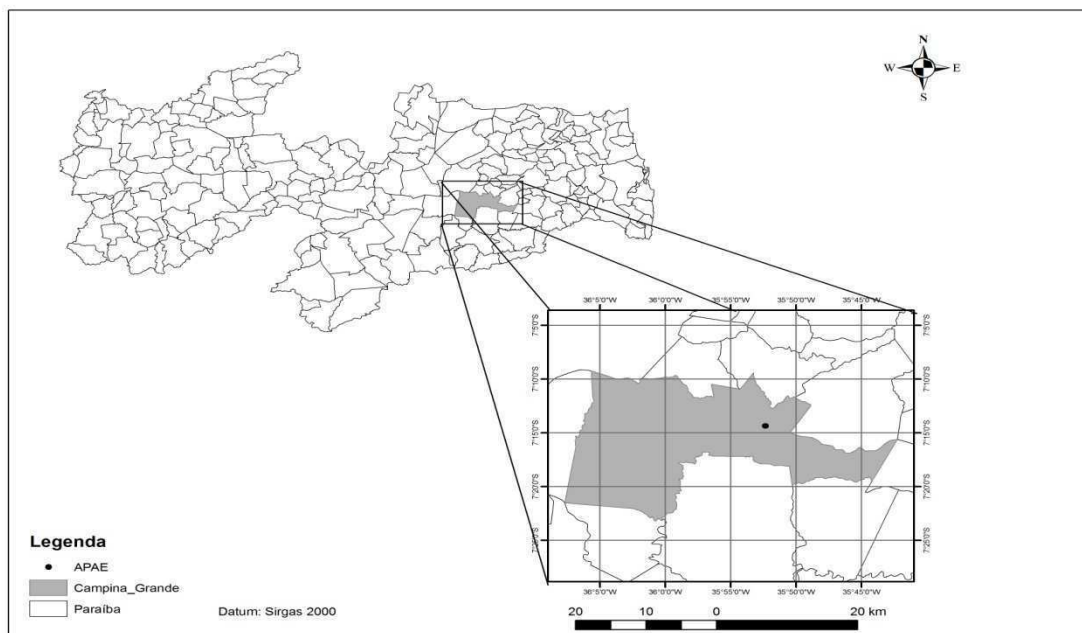
3.2 VIVÊNCIAS E EXISTÊNCIAS: TRILHANDO PELAS OBSERVAÇÕES E PRÁTICAS INCLUSIVAS.

É fato que a educação inclusiva é um direito de todos, porém este não vem sendo exercido em sua plenitude, haja vista as dificuldades de crianças com necessidades especiais, conforme definições expressas na lei N°7.853/89. Contudo, este cenário escolar, que antes era totalmente exclusivo e onde ocorria a criação de escolas especializadas para crianças com algum tipo de limitação, sofreu várias mudanças a partir do momento em que o direito de igualdade se fez presente na Constituição da República de 1988, que prevê o plano desenvolvimento dos cidadãos sem nenhuma modalidade de preconceito e assegura a esses cidadãos os níveis mais elevados de aprendizagem segundo a capacidade de cada um, apesar de que muitos desses direitos constitucionais continuaram sendo negados, em particular àqueles que apresentam necessidades educativas especiais.

Nesse contexto, em 1990 foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente como instrumento legal de garantias do direito à igualdade de condições para o acesso à escola. Quatro anos mais tarde, em 1994, surge a Declaração de Salamanca, na qual, pelo menos no plano institucional, se estabelece a garantia de que essas crianças com deficiência devem receber atendimento no mesmo ambiente de ensino que as demais.

Com a nova LDB, as famílias com crianças com necessidades educativas especiais passam a ser contempladas com o direito à escola pública, quando não for possível o acesso em escolas especiais. Finalmente, com o Decreto n. 3.956 do ano de 2001, passa a ser previsto punição às práticas de tratamento desigual em relação aos deficientes. Ressaltamos, contudo, que escola aqui estudada apresenta alunos com necessidades especiais que estão inseridas em um espaço regular de ensino.

Porquanto, o presente projeto, objeto de análise nessa monografia, foi realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, localizada na Rua Eutécia Vital Ribeiro 525, no bairro do Catolé, na cidade de Campina Grande, uma Instituição filantrópica que oferece serviços especializados, que vão desde atendimento educacional a serviços de saúde, tais como fisioterapia, teste do pezinho e atendimento psicológico para as crianças com necessidades especiais, estendendo-se ainda para as famílias delas (Mapa).



Mapa de localização da APAE-CG. Fonte: Raquel Ramos, 2013.

No referido projeto, desenvolvido a partir da temática *Gente tem história*, realizamos atividades cartográficas com mapas ilustrativos, partindo da escala do Brasil até chegar à escala da escola onde eles estudam, dando a possibilidade dos sujeitos sociais participantes conhecerem o Brasil de um modo geral, a Paraíba, como o estado em que eles residem, e a cidade onde eles estudam. Ao mesmo tempo, foi dada a oportunidade de desenvolverem a noção do espaço que ocupam, de refletirem sobre a importância da existência deles e o modo de como eles se relacionam com as outras pessoas, contribuindo, assim, para o convívio social e respeito mútuo. Nesse sentido, ressaltamos que o conceito de educação inclusiva foi construído ao longo de um processo marcado por lutas em prol da inserção de crianças com necessidades especiais, para que os mesmos possam ter acesso a educação, que se configura como uma importante ferramenta de aprendizagem e ao mesmo tempo uma importante forma de inclusão.

Entretanto, o cenário que antes era totalmente exclusivo e onde ocorria a criação de escolas especializadas para crianças com algum tipo de limitação passou por várias mudanças a partir do momento que o direito de igualdade se fez presente na Constituição da República de 1988, que prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos sem nenhuma modalidade de preconceito e assegura a esses cidadãos aos níveis mais elevados de aprendizagem segundo a capacidade de cada um. Em seguida no ano 1990

o Estatuto da Criança e do adolescente que também garante o direito a igualdade de condições para o acesso à escola.

Garantir a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola sem qualquer tipo de discriminação é um direito assegurado por nossa Constituição, mas ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. De acordo com a LEI Nº 7.853/89, é considerado crime a resistência por parte das escolas que não aceitam crianças/jovens com necessidades especiais.

Dessa forma, FERREIRA (2000) alerta sobre o processo que a educação inclusiva vem passando ao observar que, nos últimos anos, tem ocorrido uma nítida ampliação das referências aos alunos com deficiência ou ainda com necessidades educacionais especiais, e a inclusão desse público em registros legais e políticas públicas. Chama ainda a atenção para os projetos pedagógicos das escolas, o que seria uma peça fundamental para o processo de inclusão desses alunos em escolas regulares, quando na verdade tornam-se mais uma peça burocrática.

Não obstante, ainda existe a necessidade

e de, neste cenário de inclusão, promover a participação e o respeito às diferenças, enriquecendo o processo educacional e desenvolvendo as potencialidades individuais de cada um, de modo que esta interação entre alunos com necessidades especiais ou não, possa resultar na construção de uma educação digna.

Assim, VYGOTSKY (1989) mostra que o convívio social é a fonte do desenvolvimento dessas funções, particularmente na criança que apresenta deficiência mental. A inclusão torna-se uma ferramenta fundamental na construção de um desenvolvimento socialmente justo e democrático.

Nesse contexto, a geografia tem um papel fundamental no que diz respeito à inclusão dessas crianças em escolas regulares ou mesmo especializadas, pois deve-se reunir possibilidades de desenvolver nessas crianças habilidades sociais que vão melhorar seu convívio na sociedade.

Ao trabalhar o espaço com essas crianças, criamos possibilidades delas desenvolverem noções básicas de localização, organização, representação e compreensão da estrutura

do espaço elaborada dinamicamente pelas sociedades e contribuir para a construção da própria identidade.

Sobre isto, CASTROGOVANNI (2000) relata que a construção da identidade de um sujeito e a formação da sua consciência fazem com que ele perceba que é diferente, e por existir possui um valor para sociedade, são essas diferenças que promovem os diálogos e as trocas, sujeitando o ser humano a um constante crescimento.

Quanto aos saberes geográficos, SANTOS (1988), referindo a o ensino de uma das categorias fundamentais do conhecimento geográfico, diz que a paisagem deve ser ensinada através de experiências vivenciadas no cotidiano de acordo com cada percepção de mundo e a partir das necessidades cognitivas, psicoemocionais, culturais e sociais pertinentes a cada um. A partir das representações dos ambientes em que essas crianças frequentam, é possível entender olhar da mesma sobre o espaço que ela ocupa.

Para tratar de quais as metodologias e atividades são mais adequadas para possibilitar a interação das crianças portadoras de necessidades especiais educacionais recorreremos às contribuições de PAGANELLI (2002), que acredita que o professor de Geografia, sendo conhecedor da geografia como ciência, reúne condições de atingir o aprendizado dessas crianças, através das formas de representação do espaço em que elas vivem, levando-as a reconhecer o espaço que ela frequenta e a importância das suas ações.

Ao iniciar as atividades com o primeiro tema denominado *Meu espaço preferido*, notei que os alunos em sua maioria desenharam a APAE como seu espaço preferido, ou seja, o lugar onde eles se sentem mais à vontade, e isso mostra o grande laço afetivo que eles têm com a Instituição de Ensino. (Figura 8)



Figura 7. Alunos da APAE-CG. Fonte: Fotografia da autora. Abril de 2013.

A alegria esta estampada nos seus rostos, a satisfação de estar ao lado de pessoas que os amam e os aceitam do jeito que eles são. (Figura 7)

A segunda atividade, que tinha por tema *Mapa do Brasil*, foi bastante tranquila, já que eles já tinham trabalhado esse tema com a professora Geormária. Perguntei a eles quantos estados o Brasil tinha e eles me responderam instantaneamente, e confesso que fiquei surpresa com a precisão da resposta. (Figura 8)

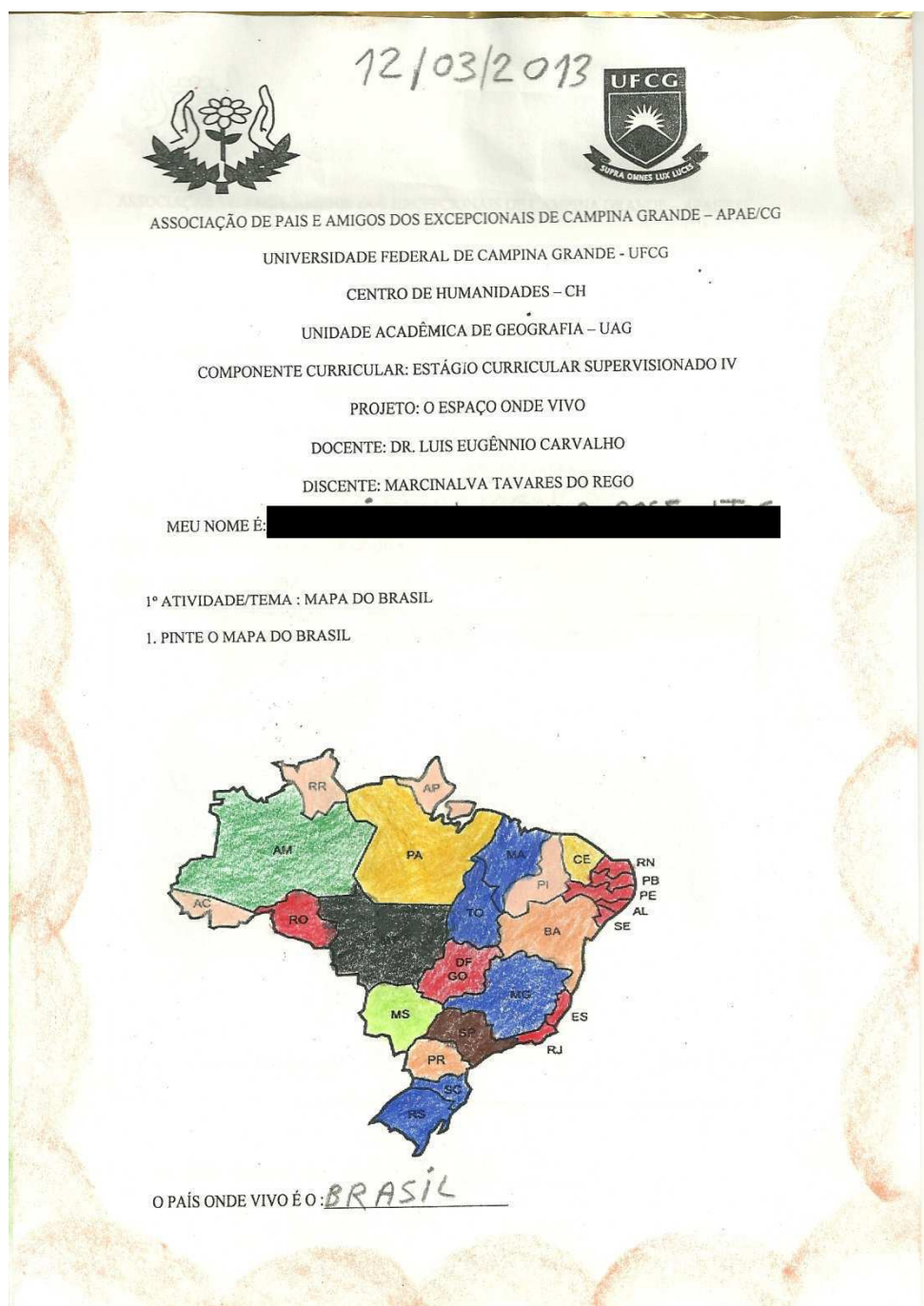


Figura 8. Atividade Mapa do Brasil. Fonte: Arquivo da autora. Abril de 2013

No terceiro tema intitulado *Mapa da Paraíba*, trabalhei com eles o estado que eles pertenciam e percebi que eles, até então, não tinham assimilado bem a diferença do Brasil e Paraíba. Então, coloquei os respectivos mapas lado a lado e expliquei que o estado da Paraíba fazia parte do Brasil. Em seguida, sugeri que eles procurassem a cidade a que eles pertenciam, observei que eles ainda tinham um pouco de dificuldade

em identificar suas respectivas cidades. Depois de um longo período de explicações sucintas, eles entenderam a sua localização no estado da Paraíba e no Brasil.

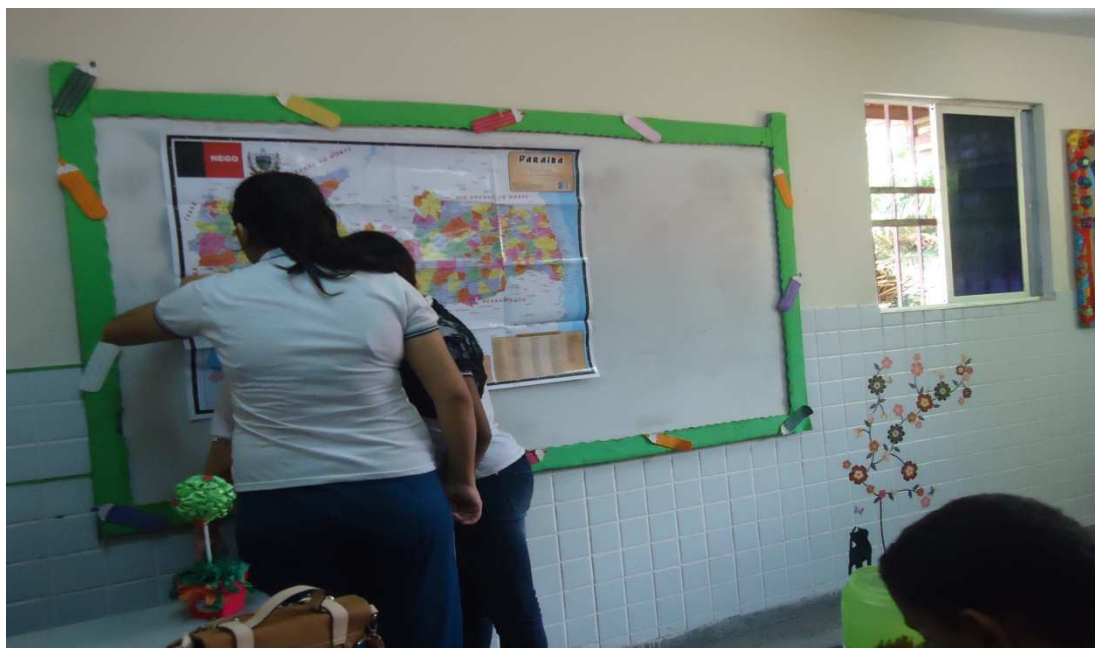


Figura 9. Atividade Mapa da Paraíba. Fonte: Fotografia da autora. Abril de 2013.

Ressalte-se que, na foto acima, estão as alunas J, S e J, ambas apresentaram um ótimo desempenho e estão inseridas na sala de aula regular. (Figura 9)

No quarto tema, trabalhamos o *Mapa de Campina Grande*. Expliquei que, naquele exato momento, estavam localizados na cidade de Campina Grande, que faz parte da Paraíba e conseqüentemente do Brasil, sempre lembrando o que tinha explicado nas aulas anteriores.

No quinto tema trabalhado, *Minha Rua*, exercitamos a rua em que eles residiam e propus que cada um deles se localizasse dentro de Campina Grande, ou seja, me dissessem a qual bairro eles pertenciam e assim começamos a discutir as características das ruas em questão. Então eles me relataram que na rua deles umas tinham calçamento, padaria, ponto de ônibus, escola, açougue etc., em outras não tinha tudo aquilo. Sugeri que dissessem o que eles queriam que tivesse na rua em que eles residem e, para minha surpresa, eles reivindicaram uma melhor infraestrutura nas ruas e áreas de lazer. Assim, a partir dessa discussão, pude observar que eles, apesar das suas limitações, possuem um olhar crítico sobre o lugar que eles vivem. (Figura 10).

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPINA GRANDE – APAE/CG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCC

CENTRO DE HUMANIDADES – CH

UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UAG

COMPONENTE CURRICULAR: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV

PROJETO: O ESPAÇO ONDE VIVO

DOCENTE: DR. LUIS EUGÊNIO CARVALHO

DISCENTE: MARCINALVA TAVARES DO REGO

MEU NOME É: [REDACTED]

4ª ATIVIDADE / TEMA: MINHA RUA

1) DESENHE SUA RUA

2) NA MINHA QUE EU MORO RUA TEM? CASA PIZZARIA

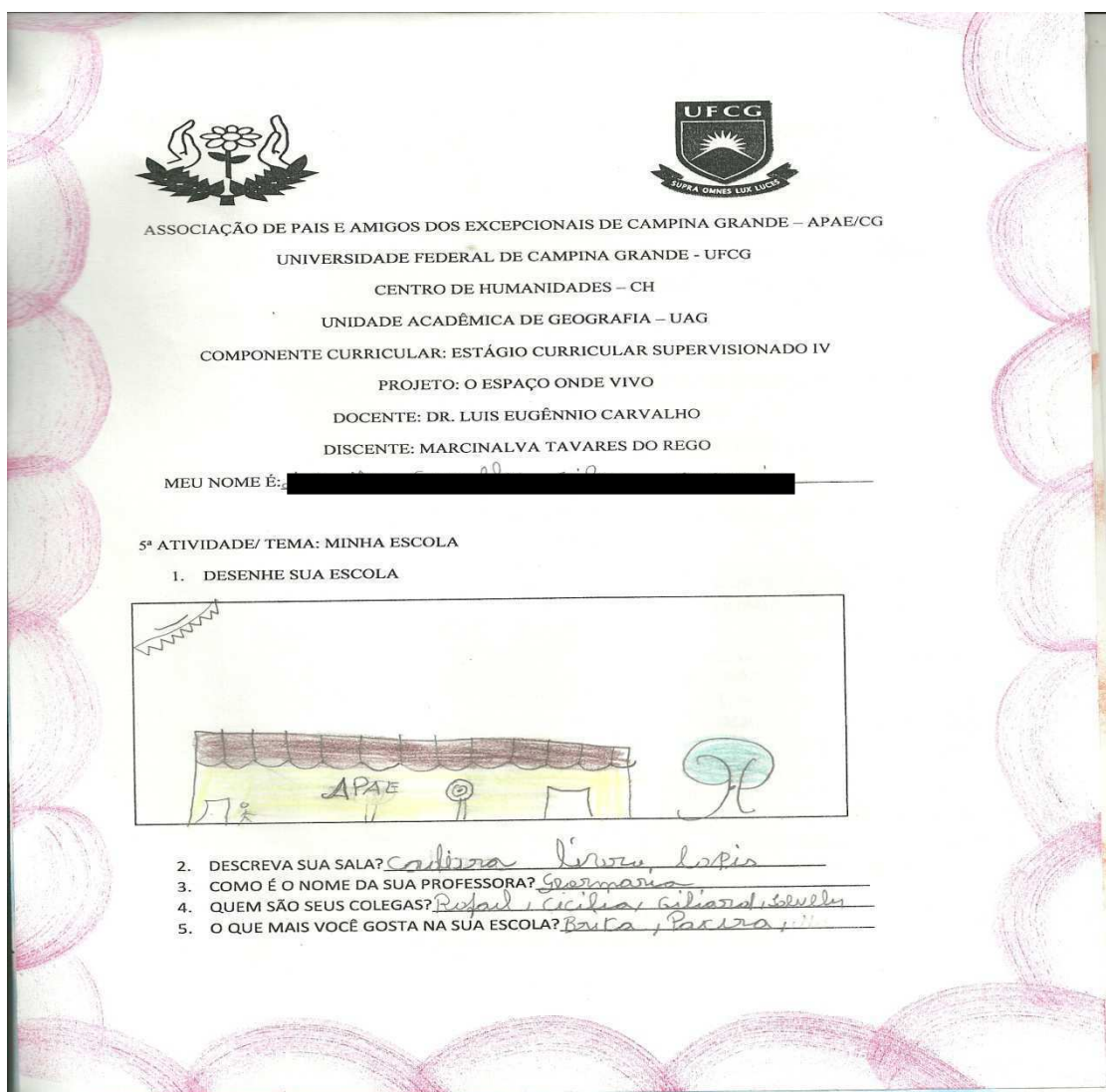
3) QUEM SÃO MEUS VIZINHOS? MEU IRMÃO JULI ZEBE



4) EU QUERO QUE MINHA RUA: PIZZARIA CINCO

Figura 10. Atividade Minha Rua. Fonte: Arquivo da autora. Abril de 2013.

Considero que essa atividade *Minha Rua* tenha sido uma das aulas mais produtivas durante o estágio. Nesta aula, discutimos os pontos comerciais como também os pontos de lazer existentes no bairro que eles habitavam. Pude compreender com mais clareza a noção de espaço que eles têm, de como eles, desde que orientados adequadamente, podem se localizar no espaço com grande facilidade. (Figura 10).

Na sexta atividade, trabalhamos o tema *Escola*, e pude perceber que foi o tema que eles mais gostaram. Começamos a discutir sobre a APAE e eles me relataram que é o lugar a que eles mais gostam de ir, porque lá encontram os amigos, conversam, brincam, participam do coral, em outras palavras, é o lugar em que eles mais se sentem inseridos e aceitos.

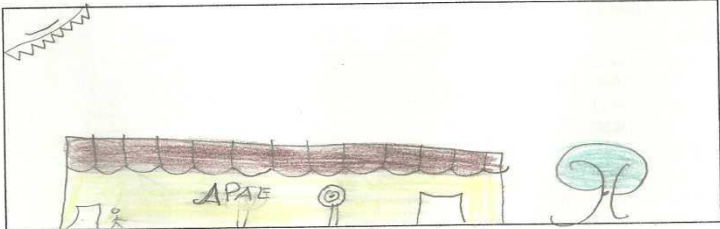


ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPINA GRANDE – APAE/CG
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
 CENTRO DE HUMANIDADES – CH
 UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UAG
 COMPONENTE CURRICULAR: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV
 PROJETO: O ESPAÇO ONDE VIVO
 DOCENTE: DR. LUIS EUGÊNIO CARVALHO
 DISCENTE: MARCINALVA TAVARES DO REGO
 MEU NOME É: _____

5ª ATIVIDADE/ TEMA: MINHA ESCOLA

1. DESENHE SUA ESCOLA



2. DESCREVA SUA SALA? calorosa, limpa, bonita

3. COMO É O NOME DA SUA PROFESSORA? Geormária

4. QUEM SÃO SEUS COLEGAS? Rafael, Cícilia, Gabriel, Isabella

5. O QUE MAIS VOCÊ GOSTA NA SUA ESCOLA? Bateia, Párea!!!



Figura 12. Atividade Minha Escola. Fonte: Arquivo da autora. Abril de 2013.

Ressaltamos também que Trabalhar o tema *Escola* é muito importante para eles, pois é lá onde se sentem amados e cuidados, mais do que isso, eles se sentem valorizados. Relataram-me, em muitas ocasiões, que gostam muito de Tia Geo (Geormária), sua professora preferida, que gostam muito dos seus colegas e que eles são seus melhores amigos. Gostam também das atividades que eles desempenham lá, da responsabilidade de cuidar dos colegas cadeirantes, na hora do intervalo, os auxiliando na busca do seu lanche. Enfim, é uma verdadeira lição de solidariedade que eles desenvolvem lá, e que, tendo a oportunidade de estarem inseridos em uma sala de aula regular, ensinem os demais alunos ditos “normais” essas lições. (Figura 13).



Figura 13. Hora do Intervalo. Fonte: Fotografia da autora. Julho de 2013.

Por fim, trabalhamos o tema *Meu lugar no espaço*, em que discutimos quais os direitos e deveres deles, o que eles tinham que fazer para melhorar o convívio com os coleguinhas e com as outras pessoas. Eles começaram a relatar uma série de situações positivas e negativas. Em seguida, fizeram as atividades relacionadas ao tema estudado. (Figura14).










ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPINA GRANDE – APAE/CG
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
 CENTRO DE HUMANIDADES – CH
 UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UAG
 COMPONENTE CURRICULAR: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV
 PROJETO: O ESPAÇO ONDE VIVO
 DOCENTE: DR. LUIS EUGÊNIO CARVALHO
 DISCENTE: MARCINALVA TAVARES DO REGO

MEU NOME É: _____

6ª ATIVIDADE/ TEMA MEU LUGAR NO ESPAÇO

www.ensinar-aprender.blogspot.com

1. DESCREVA A CENA DO 1º QUADRINHO: Ele fugamos e tá jogado lá e está jogado lá
2. DESCREVA A CENA DO TERCEIRO QUADRINHO: ele fugou de pais limpo
3. DESCREVA A CENA DO 3º QUADRINHO: ele fugou e o menino e Pedro Desculp

Figura 14. Atividade Meu lugar no espaço. Fonte: Arquivo da autora.

Nesta aula, tivemos a oportunidade de discutir como as minhas ações dentro do espaço pode afetar o meu semelhante. Foi uma aula muito produtiva, conversamos sobre como se comportar na sala de aula, em casa e em outros locais que eles frequentam. Eles me disseram que, quando magoar um colega, tem que pedir desculpa no mesmo momento, que tem que dizer as pessoas o quanto gosta delas. Enfim, quando eles começaram a expor seus pensamentos em relação ao espaço onde eles vivem, quem acabou por me dar aula foram eles. Desta aula especifica, levarei lições que perdurarão por toda minha vida. (Figura 14)

A atuação dos alunos no projeto se deu de forma participativa, na observação dos elementos que compõem o mapa, na observação das cidades em que eles residem, nas pinturas dos mapas e dos desenhos realizados. Do primeiro ao último dia de aula, fui muito bem recepcionada pelos os alunos e pela professora Geormaria, que me deu total liberdade para desenvolver o projeto. Porém, na realização destas atividades, tive um pouco de dificuldade, no que diz respeito à concentração e a execução das atividades planejadas anteriormente, pois cada aluno possui ritmos de aprendizagem diferente. Os alunos com RML (Deficiência Mental Leve), por exemplo, tinham um aprendizado mais rápido, comparado aos alunos com Síndrome de Down. Por isso os momentos dedicados ao atendimento dessas crianças eram maiores, porém todas elas se mostraram muito dedicadas e caprichosas nas atividades desenvolvidas em sala de aula.

Após o término das atividades deste projeto, posso afirmar que já me sinto mais segura com relação ao ensino da geografia para crianças que possuem deficiência cognitiva.

Ainda preciso estudar e ler muito a respeito dessa temática, pois ainda há poucos estudos na Geografia relacionados à educação inclusiva. No entanto, acho que para uma primeira experiência foi bastante proveitosa, ainda tenho um pouco de dificuldade de elaborar metodologias para facilitar o aprendizado dessas crianças.

Entretanto, estou muito feliz, pois não realizei só um projeto, mas, acima de tudo, um sonho de trabalhar com crianças tão puras e espontâneas que nos ensinam com os mais simples gestos o verdadeiro sentido de viver e sonhar independente de que aconteça ou não.

As atividades do projeto foram realizadas na APAE-CG durante o período de 24/03/2013 até 24/04/2013 e foram muito proveitosas, pois me possibilitaram, enquanto estudante da Geografia e a partir de práticas de ensino dessa matéria, elaborar atividades que pudessem ser trabalhadas apesar das várias deficiências encontradas na sala onde realizei estágio. Espero que este seja um passo inicial rumo a mais pesquisas relacionadas ao tema abordado no projeto, considerando que, ao nos depararmos com crianças com necessidades especiais, saibamos como incluí-las e desenvolver o ensino e a aprendizagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto, ressaltamos que a alteridade é o princípio fundamental da educação inclusiva. Essa modalidade de ensino busca perceber o outro em sua especificidade, procurando o seu pleno desenvolvimento e a sua inserção no ensino regular, em que todos terão, pelo menos em tese, a oportunidade de praticar uma educação igualitária. A educação especial é a modalidade de ensino que se propõe a fazer o atendimento de crianças com necessidades especiais em escolas destinadas a acolher a parcela da população que requer atenção especial, em suas múltiplas deficiências.

Nesse sentido, no que tange aos conhecimentos geográficos aplicados aos processos de ensino aprendizagem na escola básica, bem como na modalidade educação inclusiva, observamos que o professor de Geografia, através de seu potencial teórico-metodológico, é capaz de contribuir para o ensino de crianças com necessidades especiais educativas.

Um bom exemplo desse potencial foi desenvolvimento do tema *Minha Rua*. Nas atividades desenvolvidas na APAE-CG, pude constatar o quanto eles são capazes de descrever seus espaços de convívio, destacando o que eles querem que mude no ambiente em que vivem. Confesso que fiquei supressa com as reivindicações feitas por eles com relação à infraestrutura do bairro; ou ainda para que o lixo fosse recolhido com mais frequência, a falta de segurança e também que fossem criados centros de lazer, aspectos que são desenvolvidos a partir do conhecimento geográfico abordado em sala de aula.

Analisando os documentos oriundos do Ministério da Educação, observamos que não existe nenhum documento específico para o ensino de Geografia nas modalidades inclusiva e especial. Entretanto, enquanto mediador do conhecimento, o professor pode desenvolver recursos teóricos e metodológicos que possam facilitar o saber geográfico de modo que o aluno leve essas práticas geográficas para seu cotidiano e faça dela um instrumento para o pleno exercício da cidadania.

Assim, através de vivências e experiências na APAE-CG, tive a oportunidade de desenvolver práticas metodológicas de ensino de Geografia com alunos com necessidades educacionais especiais. Na ocasião, observei suas habilidades e dificuldades, como também seus comportamentos, o que em muito contribuiu para o desenvolvimento das atividades que me propus realizar nessa instituição. É importante registrar que aprendi muito com essas crianças, lições de respeito e solidariedade que vou levar por toda minha vida acadêmica e social.

Percebemos também que, enquanto centro pensante da sociedade, e neste caso mais específico nos cursos de graduação voltados para a licenciatura (formação de professores), a Universidade precisa repensar seus currículos de modo a incluir em suas estruturas curriculares disciplinas voltadas para o conhecimento das deficiências mais frequentes na educação inclusiva, buscando desenvolver metodologias que se adequem às especificidades desses educandos. No que se refere a uma educação geográfica, que contribua com a formação desses alunos.

Não obstante, alguns avanços já podem ser visualizados, como é o caso do ensino de Libras, instituído pela lei nº10. 463/02. Porém sabemos que não iremos nos deparar apenas com alunos surdos, por isso externo aqui a minha preocupação com relação à educação inclusiva, já que o processo de inserção não se resume ao fato desses alunos se encontrarem matriculados, tem que haver uma boa formação multidisciplinar e interdisciplinar de toda equipe. Em particular destacamos a necessidade de uma boa formação para os professores envolvidos com o trabalho de inclusão, sob pena de atrasar e prejudicar o desenvolvimento dessas crianças.

Ao término deste trabalho, esperamos que este seja um passo inicial rumo a pesquisas posteriores relacionadas ao tema abordado, com o intuito de que a Geografia, enquanto ciência humana, possa contribuir para o desenvolvimento das crianças com necessidades especiais educativas, dando-lhes a possibilidade de entender como elas estão inseridas no espaço e de como suas ações podem refletir nele.

5. REFERÊNCIAS

APAE Campina Grande. Disponível em: <http://campinagrande.apaebrasil.org.br/>. Acesso em 04/08/2013 às 22h:28min.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**/Secretaria de educação especial – MEC, SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial. – Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010.72p.

B823p Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia/Secretaria de Educação Fundamental.** . Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTELLAR, Sônia. **Ensino de Geografia**/Sônia Castellar, Jerusa Vilhena. São Paulo: Cengage Learning, 2010. – (Coleção ideias em ação/Coordenadora Anna Maria Pessoa de Carvalho).

Ciências humanas e suas tecnologias/Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação Básica, 2008.133 p.(Orientações Curriculares para o ensino médio, volume 3).

Declaração de Salamanca. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/> Acesso em 06/06/2013 às 9h:00min.

EDUCAÇÃO, Especial de secretaria. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2013 às 14h:50min.

Ensino da Geografia: **práticas e textualizações no cotidiano**/ Antonio Castrogiovanni, organizador. Porto Alegre: Mediação, 2000. 176 p.

Experiências educacionais inclusivas: **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade** / Organizadora, Berenice Weissheimer Roth. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

Google Imagens. Disponível em: <http://www.google.com.br/imgres?q=instituto>. Acesso em 04/08/2013 às 8h:35 min.

Google Imagens. Disponível em: <http://www.google.com.br/imgres?q=>. Acesso em 04/08/2013 às 8h: 35 min.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva: Indagações e Ações na área da educação e da saúde.** São Paulo: Avercamp, 2010.

MRECHA Deficiência. Disponível em: <http://deficiencia.no.comunidades.net/index.php?>. Acesso em 27/06/2013 às 18:00

O que é Educação Inclusiva? Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/> Acesso em 08/07/2013 às 18h:48min.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Para ensinar e aprender Geografia**/Nídia Nacib Pontuschka, Tomoko Lydia Paganelli, Núria Hanglei Cacete. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009 - (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental).

Portal do Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 08 de fevereiro 2013 às 09h:30min.

RAPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escola: a escola comum inclusiva/** Edilene Aparecida Rapoli [Et.al].Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SAN PAGANELLI, T. I. **“Reflexões sobre categorias, conceitos e conteúdos geográficos”.** Seleção e organização. In: PONTUSCHKA, Nídia N. (Org.) et al. *Geografia em perspectiva.* São Paulo. Contexto, 2002.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TOS, M; **Metamorfoses do espaço habitado,** Editora Hucitec, São Paulo, 1988.

VYGOTSKI, L.S.(1998).”**Pensamiento y lenguaje**”. In: VYGOTSKI, L. S. *Obras escogidas.* Madrid, Visor(original 1934), vol 2.

WERNECK, Claudia. **Sociedade inclusiva: quem cabe no seu todo?** Rio de Janeiro: WVA, 1999. Disponível em:

<http://www.infoescola.com/pedagogia/educacao-inclusiva/>
27/06/2013 às 19h:08min.

Acesso em